

# Tribunal denuncia descaso sobre Amazônia

IDA PIETRICOVSKI  
Enviada Especial

Paris — “O sistema jurídico brasileiro responde mal à questão dos seringueiros e posseiros, contribuindo, desta forma, para a destruição gradativa da Amazônia, pondo em risco o próprio futuro da humanidade”. A declaração foi feita ontem à tarde, em Paris, pelo advogado brasileiro Luiz Edson Fachin, no segundo dia do Tribunal Permanente dos Povos — Seção Amazônia Brasileira, instalado sexta-feira e que continua reunido até o próximo dia 16, debatendo as questões relacionadas à devastação da floresta amazônica.

Luiz Fachin salientou ainda, em sua análise, que “as questões fundiárias brasileiras são regidas por regras antigas, que se sobrepõem à Constituição, fazendo com que as normas constitucionais que tratam do assunto percam completamente a eficácia”. Ele denunciou ainda a morosidade do Judiciário no trato das questões fundiárias, salientando que os inquéritos policiais que tratam de assassinatos de índios e posseiros, em sua maior parte, não foram concluídos até hoje.

Na segunda análise do dia o advogado brasileiro Carlos Frederico Marés de Souza Filho denunciou que “a legislação brasileira é fraca e incapaz de dar so-

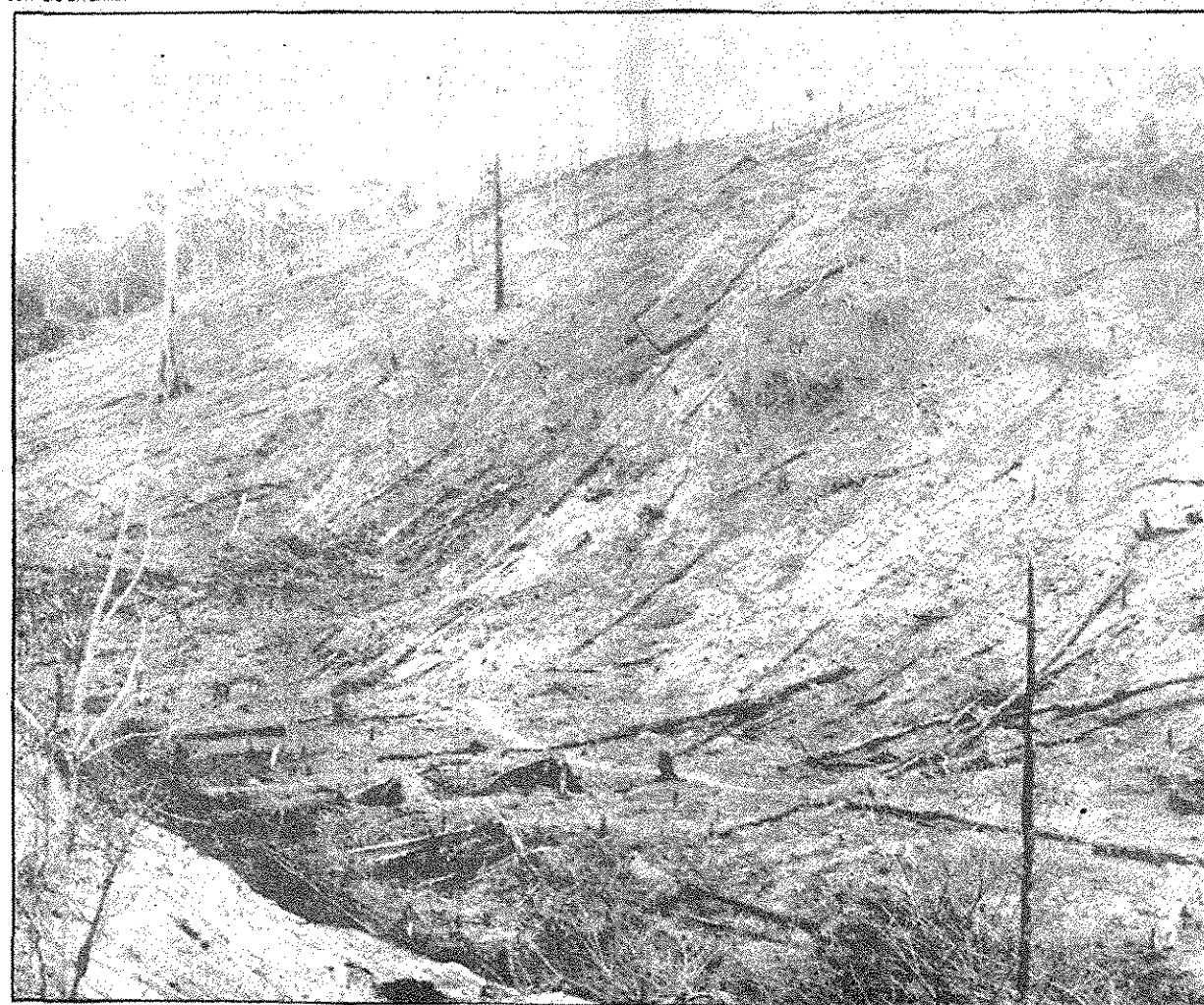
lução aos conflitos rurais, principalmente na região amazônica, onde os crimes contra posseiros, seringueiros e índios ficam geralmente impunes”.

Denunciando a devastação gradual da Amazônia, o advogado brasileiro acrescentou que “urde contra a Amazônia não só um governo incompetente, mas ainda um complot internacional, que pesa na destruição total da Amazônia, através do consumo de seus bens no mercado internacional”.

Em sua opinião, “o Estado nada faz para evitar os conflitos e a destruição da floresta amazônica, por estar comprometido com interesses econômicos internacionais”, enfatizando também que “o Exército contribui para a destruição das fronteiras, com o aval do Governo, que tem como coautor de tais crimes contra a natureza os conglomerados internacionais”.

Participaram dos debates de ontem, além dos dois advogados, o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, a antropóloga francesa Lux Vidal, o missionário italiano no Brasil Ângelo Pansa, o senador Severo Gomes, economista e antropólogo Mário Leonel, o seringueiro Osmarino Rodrigues, o representante da CUT rural Orlando Canuto e os índios David Ianomani e Itabira Surui.

CORREIO DA BAHIA



Os desmatamentos e queimadas indiscriminados já começam a transformar as matas em áreas desertas